

CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

CMPT)

Unidade EXT. 5/53/2015

Nº Seq. Doc. 2134/2015

13/04/2015

Class. 450.20.404

CONGALO 005A0

Relatório de Gestão e Contas

2014

Ponta Delgada

23 de março de 2015

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

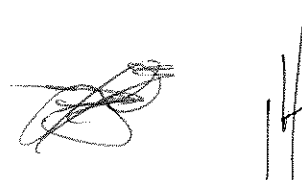
IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI - Anexo às demonstrações financeiras

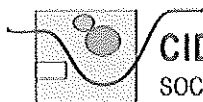
VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal de Contas

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

I - Relatório de Gestão





Relatório do Conselho de Administração

1. Caracterização do meio envolvente

As projeções para a economia portuguesa em 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo. Após uma virtual estabilização do nível da atividade nos três primeiros trimestres de 2014, as atuais projeções apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014 e de 1,5 e 1,6 por cento em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro. Estas projeções contemplam a manutenção de um crescimento robusto das exportações e uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015-2016, a par de alguma desaceleração do consumo privado. A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental. O dinamismo das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital ao longo do horizonte de projeção, permitindo uma melhoria da posição de investimento internacional.

2. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A CIDADE EM ACÇÃO, pessoa colectiva com o número 512.088.845, com sede no Caminho da Levada nº 134, 9500-081 Ponta Delgada, teve o seu início de actividade em Fevereiro de 2006, tendo como objecto a concepção e construção do futuro Parque



Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho.

Na prossecução do seu objecto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Colectivo já edificado, na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, com a exploração do Driving Range e do Restaurante Quinta dos Açores, este ultimo em regime de concessão por concurso publico.

Em 31 de Dezembro de 2014, a divida de médio e longo prazo era de 14,1 milhões de euros.

- Estrutura Societária - Situação a 31 de Dezembro de 2014

O capital social da empresa é de 103.319,00 €, representado por 103.319 acções de 1 Euro cada, subscrito do seguinte modo:

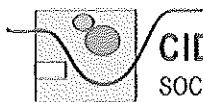
Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	Percentagem
Camara Municipal de Ponta Delgada	103.319	103.319,00 €	100%

À data do presente relatório, todo o capital da Sociedade encontra-se realizado.

Ao nível de recursos humanos, a sociedade contava no seu quadro em 31 de Dezembro de 2014 com 11 trabalhadores.

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos, o qual reúne mensalmente para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre toda a actividade da empresa.



2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2014 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2014.

3 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A evolução do funcionamento da CIDADE EM ACÇÃO focalizar-se fundamentalmente na exploração do estacionamento de superfície e coberto da cidade de Ponta Delgada e na exploração das áreas com potencial comercial do Parque Urbano de Ponta Delgada.

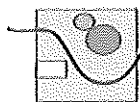
4 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- Procedeu-se ao cálculo das Amortizações e Reintegrações às taxas do Decreto Regulamentar nº25/2009, apurando-se neste exercício o valor de 28.801,98 euros.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2014, situou-se nos 14,4 milhões de euros.
- Os encargos financeiros totalizaram 325 mil euros.
- Os custos de funcionamento operacionais da empresa em 2014 totalizaram 198 mil de euros.
- O ativo não corrente a 31 de Dezembro de 2014, totalizava os 13,6 milhões de euros.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 um resultado líquido positivo de 30.566,62 euros.

É garantido no exercício de 2014 o equilíbrio das contas da sociedade nos termos definido no artigo 40º nº1 da lei 50/2012, de 31 de Agosto.

É proposta pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício da seguinte forma:

- Resultados transitados 23.566,62 euros;
- Reservas legais 7.000,00 euros

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram

Ponta Delgada, 23 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Eng^a. Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz

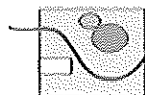
Dr. Pedro Filipe Rodrigues Furtado

II - Balanço

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	121.313,76	148.544,70
Outros ativos financeiros	8	13.528.107,97	14.215.746,17
Ativos por impostos diferidos		-	-
		<u>13.649.421,73</u>	<u>14.364.290,87</u>
Ativo corrente			
Clientes	9	2.165,66	27.871,55
Estado e outros entes públicos	10	-	4.853,90
Outras contas a receber	9	115.482,39	1.082,99
Diferimentos	11	3.813,99	4.145,48
Outros ativos financeiros	8	637.776,18	564.018,60
Caixa e depósitos bancários	4	60.761,70	29.671,31
		<u>819.999,92</u>	<u>631.643,83</u>
Total do ativo		<u>14.469.421,65</u>	<u>14.995.934,70</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 12	103.319,00	103.319,00
Reservas	12	8.686,14	6.686,14
Resultados transitados	12	69.104,89	68.370,91
Outras variações no capital próprio		-	-
		<u>181.110,03</u>	<u>178.376,05</u>
Resultado líquido do período		<u>30.566,62</u>	<u>2.733,98</u>
Total do capital próprio	12	<u>211.676,65</u>	<u>181.110,03</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	13	13.427.143,14	14.064.921,49
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		<u>13.427.143,14</u>	<u>14.064.921,49</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	16.033,95	12.816,60
Estado e outros entes públicos	10	57.347,67	33.212,21
Financiamentos obtidos	13	687.776,18	595.461,64
Outras contas a pagar	14	69.444,06	108.412,73
Diferimentos	11	-	-
		<u>830.601,86</u>	<u>749.903,18</u>
Total do passivo		<u>14.257.745,00</u>	<u>14.814.824,67</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>14.469.421,65</u>	<u>14.995.934,70</u>

O Técnico Oficial de Contas**O Conselho de Administração**

III - Demonstração dos resultados

A

[Signature]

[Signature]

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	15	303.377,37	397.767,05
Subsídios à exploração	17	1.000,00	-
Fornecimentos e serviços externos	16	(80.436,64)	(153.330,00)
Gastos com o pessoal	17	(158.672,21)	(181.879,59)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(24.423,59)
Outros rendimentos e ganhos	18	14.537,82	20.436,13
Outros gastos e perdas	19	(10.911,08)	(4.804,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68.895,26	53.765,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(28.607,94)	(28.801,98)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40.287,32	24.963,29
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 15	322.815,02	316.714,22
Juros e gastos similares suportados	20	(324.938,85)	(330.943,53)
Resultado antes de impostos		38.163,49	10.733,98
Imposto sobre o rendimento do período	10	(7.596,87)	(8.000,00)
Resultado líquido do período		30.566,62	2.733,98
 Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
 Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		30.566,62	2.733,98
Interesses minoritários		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		30.566,62	2.733,98
 Resultado por ação básico		<u>0,30</u>	<u>0,03</u>

O Técnico Oficial de Contas**O Conselho de Administração**

IV - Demonstração das variações no capital próprio

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.



CIDADES EM AÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio		
A 1 de janeiro de 2013		103.319,00	3.686,14	0,00	45.159,86	0,00	26.211,05	178.376,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2012		0,00	3.000,00	0,00	23.211,05	0,00	(26.211,05)	0,00
Excedentes de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	3.000,00	0,00	23.211,05	0,00	(26.211,05)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							2.733,98	2.733,98
RESULTADO INTEGRAL							2.733,98	2.733,98
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de dezembro de 2013		103.319,00	6.686,14	0,00	68.370,91	0,00	2.733,98	181.110,03
A 1 de janeiro de 2014		103.319,00	6.686,14	0,00	68.370,91	0,00	2.733,98	181.110,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2013		0,00	2.000,00	0,00	733,98	0,00	(2.733,98)	0,00
Excedentes de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	2.000,00	0,00	733,98	0,00	(2.733,98)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							30.566,62	30.566,62
RESULTADO INTEGRAL							30.566,62	30.566,62
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de dezembro de 2014		103.319,00	8.686,14	0,00	69.104,89	0,00	30.566,62	211.676,65

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

V - Demonstração dos fluxos de caixa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

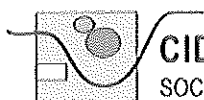
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RUBRICAS	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		354.010,69	244.293,30
Pagamentos a fornecedores		(89.639,69)	(186.101,38)
Pagamentos ao pessoal		(158.374,36)	(165.807,27)
Caixa gerada pelas operações		105.997	(107.615,35)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.380,03)	(12.353,10)
Outros recebimentos/(pagamentos)	8	878.716,90	1.002.225,05
Fluxos de caixa das atividades operacionais		979.333,51	882.256,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		55.000,00	50.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		87.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(601.537,50)	(587.142,68)
Juros e gastos similares		(332.078,90)	(336.386,63)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		(156.626,72)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(948.243,12)	(873.529,31)
Variação de caixa e seus equivalentes		31.090	8.727,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		29.671,31	20.944,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	60.761,70	29.671,31

O Técnico Oficial de Contas**O Conselho de Administração**

VI - Anexo às demonstrações financeiras

Three handwritten signatures or initials are located at the bottom right of the page. The first is a simple, stylized mark. The second is a more complex, scribbled signature. The third consists of two parallel diagonal lines with a small crossbar, resembling a stylized 'H' or a signature.



Anexo às demonstrações financeiras Exercício de 2014 e 2013

1. Introdução

A **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A., E.M.** adiante designada **CIDADE EM ACÇÃO**, é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelo município de Ponta Delgada, que tem por objeto social promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano e promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura e desporto.

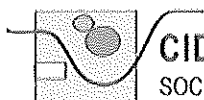
A **CIDADE EM ACÇÃO** rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições previstas para o setor empresarial municipal, nomeadamente pela lei nº 50/2012, de 31 de Agosto e pelo código da contratação pública.

A **CIDADE EM ACÇÃO**, é proprietária plena dos terrenos onde está edificado o Parque Urbano e as respetivas infra-estruturas complementares, manterá a administração e exploração das suas áreas comerciais nos termos e condições de viabilidade económica e financeira que se considerarem mais consentâneas com a sua natureza empresarial.

A **CIDADE EM ACÇÃO** foi constituída em 16 de dezembro de 2005, com um capital social de 50.000 euros, então detido pela empresa municipal **ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M.**, sociedade que era detida exclusivamente pela Câmara Municipal de Ponta Delgada que entretanto foi incorporada através de uma fusão com a consequente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de agosto de 2010. Os ativos e passivos que foram integrados na esfera patrimonial da **CIDADE EM ACÇÃO** à data da fusão deram uma origem a uma diferença de 53.319 euros que foi incorporada no capital social da **CIDADE EM ACÇÃO**, capital social que ficou integralmente na posse da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que era também a detentora da totalidade do capital social da sociedade incorporada que se extinguiu naquele processo de fusão.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2010 e baseadas na estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á



supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos e dos encargos de estrutura diretamente relacionados com a construção e desenvolvimento de ativos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses ativos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objeto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos fixos tangíveis que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.



O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

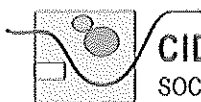
(e) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando à evidência objetiva que a CIDADE em ACÇÃO não receberá a totalidade dos montantes em dívidas conforme as condições originais das contas a receber.

(f) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



(g) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a realização ou liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(h) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(j) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

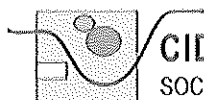
A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.



Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(m) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

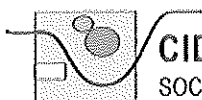
(n) Rédito

O rédito no âmbito do campo de atuação de natureza pública que compreende a manutenção, administração e exploração do Parque Urbano e de outros equipamentos municipais e as respetivas infraestruturas complementares é assegurado por receitas próprias, e através do pagamento pelo utilizador de uma quantia variável anual baseada nas necessidades mínimas de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento, assumindo a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e independente da sua utilização. O rédito assume uma relação variável com os serviços de exploração e manutenção incorridos e os correspondentes gastos de financiamento associados a esses serviços.

(o) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(p) Especialização de gastos e rendimentos



As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(q) Contratos de construção

Os gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato de construção na data de relato, quando possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato. Em caso de não ser fiável a estimativa do resultado do contrato de construção, o rédito é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato que se espera recuperar e que são reconhecidos no período em que a são incorridos.

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos relativos aos contratos de construção é adotado o método da percentagem de acabamento, através do qual os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da percentagem de acabamento da obra no final de cada período, determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados nas obras.

As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas na rubrica de outros ativos financeiros ou diferimentos consoante a natureza da diferença. À data do balanço é constituída uma provisão para a perdas estimadas nos contratos de construção em curso.

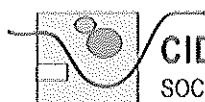
(r) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expetativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

**(s) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(t) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Numerário	200	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>60 562</u>	<u>29 471</u>
	<u>60 762</u>	<u>29 671</u>

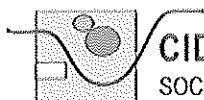
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2013, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário pela Câmara Municipal de Ponta Delgada. As transações e saldos pendentes mantidos com o acionista único está refletidas na Nota 8.

7. Ativos fixos tangíveis



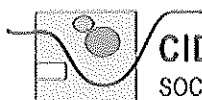
O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreendem:

31 de dezembro de 2014				
	Saldo em 01-01-2014	Aquisições e dotações	Transferências e abates	Saldo em 31-12-2014
Custo:				
Equipamento básico	229.406	1.377	-	230.783
Equipamento administrativo	5.648	-	(1.326)	4.322
Outros ativos tangíveis fixos	5.179	-	-	5.179
	<u>240.233</u>	<u>1.377</u>	<u>(1.326)</u>	<u>240.285</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	84.610	27.472	-	112.081
Equipamento administrativo	5.141	179	(1.326)	3.995
Outros ativos fixos tangíveis	1.938	957	-	2.895
	<u>91.688</u>	<u>28.608</u>	<u>(1.326)</u>	<u>118.971</u>
Valor líquido	<u>148.545</u>			<u>121.314</u>

31 de dezembro de 2013				
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições e dotações	Transferências e abates	Saldo em 31-12-2013
Custo:				
Equipamento básico	228.616	790	-	229.406
Equipamento administrativo	5.648	-	-	5.648
Outros ativos tangíveis fixos	5.179	-	-	5.179
	<u>239.443</u>	<u>790</u>	<u>-</u>	<u>240.233</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	57.219	27.391	-	84.610
Equipamento administrativo	4.746	395	-	5.141
Outros ativos tangíveis fixos	981	957	-	1.938
	<u>62.945</u>	<u>28.743</u>	<u>-</u>	<u>91.688</u>
Valor líquido	<u>176.498</u>			<u>148.545</u>

8. Outros ativos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO foi remunerada de acordo com as ações que desenvolveu na manutenção e exploração de equipamentos urbanos de interesse municipal, designadamente o Parque Urbano, bem como na prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento desses equipamentos. A remuneração não é variável com base em qualquer pressuposto quantitativo do grau de utilização desses equipamentos e está estabelecida



para financiar todos os gastos operativos e financeiros associados à manutenção, exploração e administração desses equipamentos de natureza diversa. O movimento nesta rubrica pode ser assim detalhado:

	2014	2013
Saldo inicial	14.779.765	15.086.183
Rédito do ano (Nota 15)	358.396	481.723
Parque da Avenida	-	406.236
Recebimentos no ano	<u>(972.305)</u>	<u>(1.194.377)</u>
	<u>14.165.855</u>	<u>14.779.765</u>
Corrente	637.776	564.019
Não corrente	<u>13.528.079</u>	<u>14.215.746</u>
	<u>14.165.855</u>	<u>14.779.765</u>

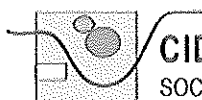
A classificação do saldo em termos de realização está em consonância com as necessidades financeiras da CIDADE EM ACÇÃO, designadamente as emergentes do contrato de financiamento bancário.

9. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo de clientes e outras contas a receber resume-se como segue:

	2014	2013
Clientes		
Clientes	26.589	52.295
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(24.424)</u>	<u>(24.424)</u>
	<u>2.166</u>	<u>27.872</u>
Outras contas a receber		
Pessoal	328	-
Processo judicial	20.082	20.082
Parque de estacionamento	114.628	-
Processo judicial	<u>527</u>	<u>1.083</u>
	135.564	21.165
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(20.082)</u>	<u>(20.082)</u>
	<u>115.482</u>	<u>1.083</u>

Os meios financeiros anuais relativos aos compromissos assumidos com a construção e gestão do parque de estacionamento da Avenida Infante D. Henrique cedido a um parceiro privado em regime de direito de superfície pelo prazo de trinta anos não foram disponibilizados pelo Município porque existia a intenção deste se substituir à CIDADE EM ACÇÃO por cessão contratual, o que se concretizou em 5 março de 2015 (Nota 8) e, consequentemente, será reembolsada da verba que tinha disponibilizado.



Em 31 de dezembro de 2013 foram constituídas por imparidades no montante de 24.424 euros para os saldos identificados de difícil recuperabilidade.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estimativa de IRC a pagar	-	2.575	-	1.104
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	995	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	50.393	-	32.108
Contribuições para a segurança social	-	3.377	-	-
Outras tributações				
Saldos a regularizar	-	8	-	-
	-	-	4.854	-
	-	57.348	4.854	33.212

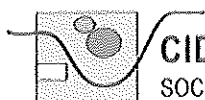
A CIDADE EM ACÇÃO está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 18,40%. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a CIDADE EM ACÇÃO está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Os impostos sobre o rendimento compreendem a estimativa de IRC a pagar 7.598 euros e 8.000 euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O montante de 4.854 euros diz respeito a situações que transitam da fusão e que foram anulados neste período por se entender que a sua recuperação possa não se concretizar (Nota 19).

**11. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica compreende:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguros liquidados	3 814	-	4 145	-
	<u>3 814</u>	<u>-</u>	<u>4 145</u>	<u>-</u>

12. Capital realizado e reservas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

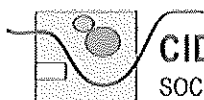
Em 25 de março de 2014, foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas ao exercício de 2013, sendo o resultado líquido apurado de 2.734 euros, mantido em Resultados transitados, depois de deduzido da transferência para Reservas legais de 2.000 euros.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014, existia uma dívida com exigibilidade superior a um ano relacionada com o financiamento bancário que foi utilizado até ao montante máximo de 16.500.000 euros, vencendo juros à taxa anual Euribor de 6 meses, acrescida de uma margem de 1,75% pontos percentuais que será reembolsado em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais.

Em 31 de dezembro de 2014, existia também um contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente no montante de 50.000 euros que vence juros a taxa EURIBOR a 3 meses acrescida de uma margem de segurança de 4%, que se venceu em 11 de janeiro de 2015 e foi renovada por um ano.

A classificação no passivo dos financiamentos bancários está baseada na sua exigibilidade contratual que resume-se como se segue (por anos):



Anos	Valor
2015	687 776
2016	687 143
2017	737 143
2018	787 143
2019	837 143
2020	887 143
2021 e seguintes	9 491 429
	<u>14 114 919</u>

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

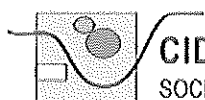
	2014	2013
Fornecedores		
Outros	<u>16.034</u>	<u>12.817</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	-	-
Remunerações a liquidar	12.260	21.900
Juros a liquidar	7.893	8.861
Parque de estacionamento	-	74.084
AZORES PARK	45.000	-
Outros acréscimos	3.641	2.917
Valores a regularizar	650	650
	<u>69.444</u>	<u>108.413</u>

15. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o rédito reconhecido resulta de:

	2014	2013
Serviços de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano	267.797	232.759
Serviços de manutenção e operação (Nota 8)	<u>35.581</u>	<u>165.008</u>
	303.377	397.767
Compensação financeira	<u>322.815</u>	<u>316.714</u>
	<u>626.192</u>	<u>714.482</u>

A CIDADE EM ACÇÃO exerce também os serviços de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

**16. Fornecimentos e serviços externos**

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Subcontratos	-	50 316
Trabalhos especializados	15 462	21 605
Publicidade e propaganda	5 292	280
Honorários	7 345	770
Conservação e reparação	16 054	32 628
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	801	383
Material de escritório	1 205	1 274
Eletricidade	10 788	15 165
Combustíveis	5 947	6 961
Água	1 536	1 215
Deslocações e estadas	2 640	2 768
Outros	13 367	19 965
	<u>80 437</u>	<u>153 330</u>

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

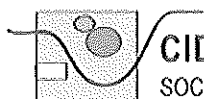
	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	-	49 693
Remunerações do pessoal	128 272	93 008
Encargos sobre remunerações	27 484	36 897
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 583	1 668
Outros	1 333	614
	<u>158 672</u>	<u>181 880</u>

Em 31 de dezembro de 2014, estavam onze trabalhadores ao serviço da CIDADE EM ACÇÃO . (sendo um estagiário ao abrigo dos programas do Governo Regional)

Em 2014, foi atribuído um apoio financeiro de 1.000 euros relacionado com a manutenção de postos de trabalho.

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos têm a seguinte composição:



	2014	2013
Rendimentos suplementares	13.466	15.115
Correções relativas a exercícios anteriores	325	5.322
Excesso de estimativa de IRC de 2013	746	-
	<u>14.538</u>	<u>20.436</u>

Na rubrica Rendimentos suplementares estão registadas receitas relacionada com a cessão de exploração do restaurante do Parque Urbano e de aluguer de salas.

Em Correções relativas a exercícios anteriores de 2013 está escriturado a anulação do IMI estimado em anos anteriores.

19. Outros gastos e perdas

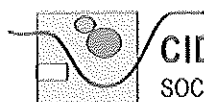
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Impostos		
Diretos	317	642
Indiretos	844	721
Taxas	234	177
Serviços bancários	4.562	2.876
Correções relativas a períodos anteriores (Nota 10)	4.854	-
Outros	101	389
	<u>10.911</u>	<u>4.805</u>

20. Juros e gastos similares

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica resume-se como segue:

	2014	2013
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	311 344	317 637
De mora e compensatórios	960	428
Imposto selo sobre os juros	<u>12 636</u>	<u>12 878</u>
	<u>324 939</u>	<u>330 944</u>



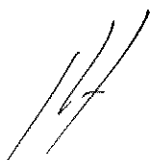
CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único



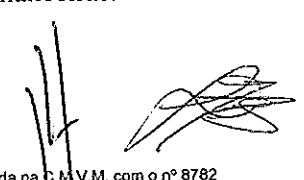
**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**



Senhor acionista,

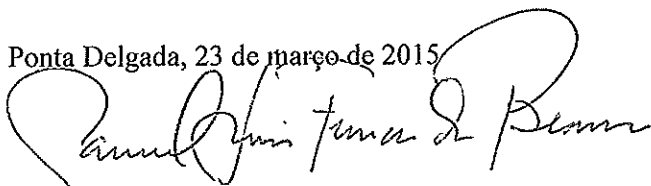
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e de outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da CIDADE EM ACÇÃO tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da CIDADE EM ACÇÃO.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais; todavia e como indicado na Certificação Legal das Contas nesta data emitida, a nova realidade contratual da utilização do Parque Urbano, que vigorará com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, pode ter impacto futuro nas demonstrações financeiras.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

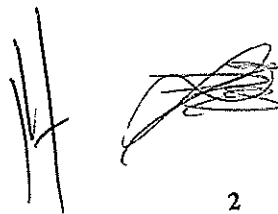


- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014; e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 23 de março de 2015

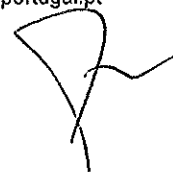


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



VIII - Certificação Legal de Contas

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the left.A handwritten signature in black ink, featuring a long diagonal stroke with a small horizontal tick mark near the bottom.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

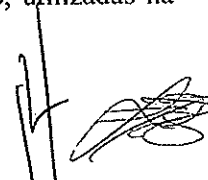
1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de balanço de 14.469.422 euros e um total de capital próprio de 211.676 euros, incluindo um resultado líquido de 30.567 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

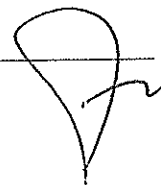
Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na





sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Ocorreram alterações contratuais sobre a forma como o Parque Urbano e as respetivas infra-estruturas complementares poderão ser utilizadas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e por outras entidades privadas e públicas, que vigorarão com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, pelo que a Conselho de Administração irá proceder a uma avaliação patrimonial tendo em conta as atuais especificidades e, nesta conformidade, a adaptação à nova realidade contratual poderá ter impacto na classificação e mensuração daquele ativo nas demonstrações financeiras.

Opinião

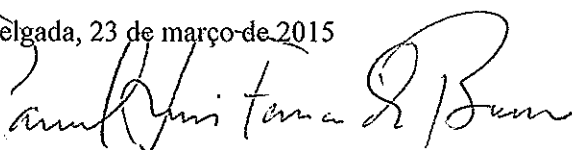
8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ponta Delgada, 23 de março de 2015



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

